

# DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO DESEQUILIBRADO: UMA BREVE REVISÃO DAS PRINCIPAIS TEORIAS

## BALANCED DEVELOPMENT *VERSUS* UNBALANCED DEVELOPMENT: A REVIEW OF THE MAIN THEORIES BRIEF

*VILMAR NOGUEIRA DUARTE<sup>1</sup>*

### Resumo

O presente estudo teve como objetivo fazer uma breve revisão das principais teorias do desenvolvimento regional, com ênfase às teses do desenvolvimento equilibrado e desequilibrado, referenciando também as novas abordagens. O trabalho foi desenvolvido com base numa pesquisa bibliográfica e descritiva. Para tal, foram consultadas publicações - livros e artigos especializados sobre o assunto. Os resultados mostram que a estratégia de desenvolvimento equilibrado parte do pressuposto de que os empreendimentos não viáveis - do ponto de vista individual - podem se transformar em investimentos viáveis quando considerados em conjunto com outros empreendimentos. Mostram também que a corrente que defende a tese do desequilíbrio preconiza que o crescimento não surge espontaneamente e ao mesmo tempo em todas as regiões, manifestando-se em pontos específicos ou polos de crescimento, para depois se espalhar por toda a economia. Por fim, conclui-se que a primeira corrente é baseada nos fundamentos clássicos de equilíbrio entre oferta e demanda

- Lei de Say -, em que a oferta gera sua própria demanda, enquanto que a segunda tem como premissa central orientar os investimentos para setores-chave da economia, com o objetivo de maximizar os retornos esperados.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Equilibrado; Desenvolvimento Desequilibrado; Novas Abordagens.

### Abstract

The present study aimed to make a brief review of the main theories of regional development, with emphasis on theories of balanced and unbalanced development, also referencing the new approaches. The study was developed based on a bibliographic and descriptive research. By this way, specialized books and articles on the subject - for such publications were consulted. The results show that the strategy of balanced development assumes that non-viable enterprises of individual viewpoint can become viable invest-

ments when considered together with other developments. Also show that the current that defends the thesis of imbalance recommends that growth does not arise spontaneously at the same time in all regions, manifesting itself in specific points or poles of growth, and then spread throughout the economy. Finally, it concludes that the first stream is based on the classical foundations of equilibrium between supply and demand - Say's Law - that supply creates its own demand, while the second has as its central premise guiding investments for key sectors of the economy, with the objective of maximizing the expected returns.

**Keywords:** Balanced Development; Unbalanced Development; New Approaches.

JEL: O10

### INTRODUÇÃO

A noção de desenvolvimento econômico não é universal. Em certas

<sup>1</sup> Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. <[vilmarufms@yahoo.com.br](mailto:vilmarufms@yahoo.com.br)>

circunstâncias, o termo crescimento tem sido utilizado como sinônimo de desenvolvimento, o que na verdade não é a mesma coisa, embora o crescimento seja condição necessária para o desenvolvimento, porém, não suficiente. A literatura sobre desenvolvimento tem ressaltado a possibilidade de, em países considerados ricos, com altas taxas de crescimento do PIB e renda per capita elevada, existirem regiões com baixos níveis de desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, ressalta também que, no grupo dos países considerados pobres, cujos índices de desenvolvimento são relativamente inferiores aos dos países ricos, encontram-se regiões altamente prósperas.

Mas por que isso acontece com as economias? Pode-se afirmar que isso tende a acontecer porque o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento, não ocorre de maneira igual e simultânea em todas as regiões. Pelo contrário, é um processo bastante irregular e que favorece aquelas regiões, cujas vocações são voltadas para os setores mais dinâmicos da economia, como é o caso, por exemplo, do setor industrial. Assim, a dinâmica do desenvolvimento econômico, em especial, a do desenvolvimento regional, torna-se objeto de estudo bastante complexo, em função das peculiaridades existentes entre os diferentes países e/ou regiões.

Todavia, quando se analisa a questão do crescimento *versus* desenvolvimento é necessário observar, numa primeira instância, que nem sempre um crescimento econômico vigoroso significa que aquele país e/ou região esteja se desenvolvendo. Isso tende a acontecer porque as condições de vida da população, de modo geral, podem não estar melhorando como deveria com o crescimento. Muitas vezes, a expansão pode estar levando a uma concentração ainda maior da renda e da riqueza em favor das regiões

mais desenvolvidas. O que significa dizer, em outras palavras, que a diferença entre ricos e pobres pode estar aumentando ainda mais.

Assim sendo, o debate acerca do crescimento e do desenvolvimento econômico tem provocado discussões, tanto no mundo acadêmico, quanto nas instâncias políticas, setores que, preocupados com a questão das desigualdades regionais, têm se manifestado em relação ao problema. Na esfera acadêmica, a preocupação tem sido com o desenvolvimento de estudos que mostrem diagnósticos mais precisos da realidade econômica e social de países e regiões. Por outro lado, nas instâncias políticas as ações tendem a ser direcionadas para planos de desenvolvimento que visem a atenuar essas desigualdades - daí a importância de se aprofundar as discussões.

Entre os principais trabalhos realizados sobre desenvolvimento regional estão: os desenvolvidos por Von Thünen (1966), Marshall (1919), Weber (1929), Cristaller (1966), Lösch (1954), Isard (1956), Perroux (1955), Myrdal (1957), Hirschman (1958), Rosenstein-Rodan (1943), Nurkse (1957), Krugman (1991), Stöhr e Taylor (1981), Piore e Sabel (1984), Schumpeter (1982), Scott e Storper (1986), e outros. No Brasil destacam-se os trabalhos de Furtado (1967), Azzoni (1993), Cano (1998), Green e Cruz (1999), Cárdenas *et al.* (2004), Souza (2009), entre outros.

Diante deste contexto, este estudo teve como objetivo fazer uma breve revisão das principais teorias do desenvolvimento regional, por meio de uma descrição sistemática das abordagens que tratam especificamente das questões do desenvolvimento equilibrado e desequilibrado, e também das abordagens mais recentes. Foi desenvolvido a partir de numa pesquisa descritiva e exploratória, baseada na consulta a livros e publicações especializadas.

O artigo está dividido em cinco seções. Além desta introdutória, a seção seguinte faz uma descrição sucinta da noção de desenvolvimento econômico, destacando as principais correntes que estudam o assunto. A seção três apresenta os aspectos metodológicos utilizados no trabalho, destacando o tipo de pesquisa, formas de consulta e outros. O tópico quatro apresenta as teorias do desenvolvimento equilibrado e desequilibrado, objeto desse trabalho, mostrando os aspectos mais relevantes dessas teorias, além das novas abordagens que vêm sendo utilizadas pelos pesquisadores. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

## NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O debate acerca da definição de desenvolvimento é bastante acirrado no meio acadêmico, principalmente no que se refere à distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico. Para uma primeira corrente de economistas, com inspiração mais teórica, o crescimento econômico é entendido como sendo sinônimo de desenvolvimento, ou seja, o incremento da renda per capita passa a ser condição necessária para o desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como os frutos desse crescimento são distribuídos entre os diferentes segmentos sociais. Neste caso, o desenvolvimento é visto como um processo histórico de crescimento sustentado da renda ou valor adicionado por habitante, implicando em melhoria do padrão de vida da população, que resulta de um processo sistemático de acumulação de capital e do incremento de conhecimento ou progresso técnico ao sistema de produção. Enquadram-se nesse grupo os modelos de crescimento neoclássico, como os modelos de Meade e Solow, e os de

inspiração mais keynesiana, como os modelos de Harrod, Domar e Kaldor (SOUZA, 2007).

Já para uma segunda corrente, mais voltada para a realidade empírica, o crescimento é visto como condição indispensável para o desenvolvimento, porém não suficiente. Neste caso, o desenvolvimento implica em mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. O que significa, em outras palavras, que o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia atrasada em uma economia moderna, dinâmica e eficiente, com melhoria nos indicadores de bem-estar econômico e social, como pobreza, desemprego, condições de saúde, alimentação, saneamento básico, educação, segurança, moradia, lazer e acesso a informação. Nesta corrente enquadram-se economistas como Lewis, Nurkse, Myrdal e Hirschman (SOUZA, 2007).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Sandroni (1994) salienta que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de crescimento acompanhado de alterações estruturais na economia, o qual depende das características de cada país ou região, da sua história econômica, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais existentes. Já na visão de Milone (1998), o desenvolvimento econômico é caracterizado pela existência de variação positiva do crescimento econômico ao longo do tempo, medido pelos indicadores de variação do PIB e renda per capita, e de redução dos níveis de desemprego e pobreza.

Souza (2007) ressalta que o desenvolvimento requer um ritmo de crescimento econômico contínuo, porém, a taxas superiores às de crescimento demográfico. Mas o autor enfatiza que esse crescimento, além de acompanhado de alterações na estrutura econômica, como já men-

cionado, deve vir acompanhado de melhoria nos indicadores de qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, o crescimento aparece, portanto, como condicionante importante para impulsionar o desenvolvimento, porém, este último deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, de ordem social.

Diante dessas considerações fica claro que o processo de desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, uma vez que os frutos do crescimento nem sempre beneficiam a população como um todo. Nesse caso, "além de crescimento econômico, o desenvolvimento requer políticas públicas e ações privadas que possam espalhar os benefícios do crescimento, alcançando um número maior de pessoas" (FEIJÓ, 2007, p. 44). O autor salienta ainda que a noção de desenvolvimento econômico deve funcionar como um critério para avaliar se as políticas indutoras de crescimento, acompanhadas de iniciativas de suporte social, atingem, de fato, os objetivos previstos.

Em concordância com essa ideia, Souza (2007) observa que em alguns casos uma dada economia pode estar apresentando taxas de crescimento relativamente altas e, ao mesmo tempo, o desemprego pode não estar diminuindo com a rapidez necessária, tendo em vista a tendência de modernização dos processos produtivos, como, por exemplo, a robotização e a informatização. Enfatiza também que, associado ao crescimento econômico, outros efeitos perversos podem estar acontecendo, tais como: a) redução da capacidade de importar devido à transferência de excedente de renda para outros países; e aumento da concentração da renda e da riqueza devido à apropriação desses excedentes por poucas pessoas; b) crescimento limitado de setores produtores de alimentos

e outros bens de consumo popular, devido aos baixos salários, prejudicando a expansão do mercado interno; e c) dificuldades para a implantação de atividades interligadas às empresas que mais crescem, sendo elas exportadoras ou não.

Todavia, percebe-se que a noção de desenvolvimento está inteiramente atrelada a de crescimento econômico, porém, com uma diferença fundamental: a de que a primeira requer mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, no que se refere às suas necessidades básicas, como: água, esgoto, higiene, alimentação e transporte, até aquelas relacionadas à saúde, segurança, educação, acesso à informação, esporte, lazer, cultura e outras. Enquanto que a segunda (crescimento) está relacionada ao aumento da produção de bens e serviços de um país e a uma expansão da renda média da população, o que nem sempre significa aumentar a renda das pessoas mais pobres.

De qualquer forma, deve ficar claro é que o desenvolvimento deve ser entendido como uma resultante do processo de crescimento, cuja maturidade se dá ao atingir uma taxa de crescimento contínua e sustentada da economia. Importa aqui salientar que o crescimento econômico precisa acontecer em ritmo capaz de atender as necessidades dos diferentes países e/ou regiões, no que se refere aos anseios das diferentes classes sociais, pois o crescimento só se justifica quando traduzido em valores crescentes de qualidade de vida das pessoas em geral. Assim, um crescimento econômico sustentado resultará em um desenvolvimento também sustentado.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Por se tratar de um estudo meramente descritivo, os procedimentos investigativos foram baseados numa

pesquisa bibliográfica, ou seja, aquela elaborada a partir de material já publicado. Gil (1991) salienta que estudos dessa natureza têm como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, estabelecer relações entre as variáveis estudadas. Trata-se de um diagnóstico baseado em observações, registros, análises e correlações de fatos ou fenômenos sem, no entanto, manipulá-los. Pesquisas dessa natureza podem ser classificadas quanto às características do estudo como: estudo exploratório, estudo descritivo, estudo de caso, pesquisa documental e pesquisa-ação. São investigações em que não há interferência do pesquisador, o qual apenas procura entender a frequência com que determinados fenômenos ocorrem.

Nesse sentido, o trabalho foi realizado com base numa revisão da literatura sobre crescimento e desenvolvimento econômico, em especial, daquela que trata da questão do desenvolvimento regional. As principais referências consultadas foram, por ordem, os livros especializados sobre crescimento e desenvolvimento econômico e, em seguida, as publicações que se referem especificamente à questão do desenvolvimento regional, como artigos e outros.

Primeiramente, buscou-se discorrer sobre as teorias do desenvolvimento equilibrado, através de uma descrição sucinta da essência dessas teorias. Na sequência, o foco foi concentrado nas teorias do desenvolvimento desequilibrado, cujas ideias são apresentadas de forma clara, expressando fielmente a visão dos autores. Por fim, dissertou-se sobre as modernas teorias do desenvolvimento regional, por meio de uma breve revisão e descrição das abordagens mais recentes.

## TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nesta seção, são discutidas algumas das principais teorias do desenvolvimento equilibrado, as quais envolvem as contribuições de Rosenstein-Rodan – teoria do “grande impulso” – e Nurkse – teoria do “círculo vicioso do subdesenvolvimento”. Na sequência, o foco são as teorias do desenvolvimento desequilibrado, as quais têm como precursores Perroux – teoria dos “polos de crescimento” -, Myrdal – teoria da “causação circular acumulativa” – e Hirschman – teoria do “crescimento sequencial”. A ideia central foi apresentar a essência de cada uma dessas teorias, bem como seus principais pressupostos. Por fim, são discutidas as abordagens mais recentes do desenvolvimento regional, priorizando as contribuições mais relevantes.

### Teorias do desenvolvimento equilibrado: as contribuições de Rosenstein-Rodan e Nurkse

A estratégia de crescimento equilibrado parte do pressuposto de que empreendimentos não viáveis do ponto de vista individual podem se transformar em investimentos viáveis, com rentabilidade positiva, quando considerado em conjunto com outros empreendimentos. Essa estratégia baseada nos fundamentos clássicos de equilíbrio entre oferta e demanda prega a seguinte ideia: a de que um projeto individual pode fracassar por insuficiência de demanda, porém, não sendo o caso quando vários outros forem sendo implantados ao mesmo tempo, uma vez que no agregado a expansão do nível de emprego e renda cria simultaneamente o mercado necessário (SOUZA, 2007).

#### *Rosenstein-Rodan – Teoria do “grande impulso”*

Rosenstein-Rodan foi o precursor da ideia do desenvolvimento equilibrado, ao desenvolver a teoria do “grande impulso” (*Big Push*) enquanto analisava o problema da industrialização da Europa Oriental e Sul-Orien-

tal (ambas as áreas deprimidas), em 1943. A ideia de Rodan consistia na realização de um conjunto de investimentos em uma gama variada de indústrias, para que a nova mão-de-obra empregada pudesse gerar demanda para as novas atividades industriais. Assim, cada nova indústria encontraria mercado na própria área de atuação, através da expansão interna da massa salarial e do efeito renda sobre o nível de consumo.

De acordo com o autor, os principais desafios que um país ou região deprimida devem enfrentar são os seguintes: a) oferta escassa de capital, especialmente de capital social básico; b) relativa ausência de complementaridade de demanda; e c) oferta reduzida de poupança (ROSENSTEIN-RODAN, 1943). A estratégia do autor implicava na inserção da região da Europa Oriental e Sul-Oriental na economia mundial, mediante vultosos investimentos de origem internacional e empréstimos de capital. Todavia, a base de sua proposta consistia em uma industrialização baseada no consumo, o que seria feito sem sacrifício da população local, uma vez que o desenvolvimento da indústria tenderia a ocorrer com altos coeficientes de trabalho.

Para Souza (2007), o programa de investimentos em bloco defendido por Rodan exigia o treinamento de um grande contingente de trabalhadores rurais, que seriam transferidos para o meio urbano-industrial, além de um volume expressivo de recursos investidos em infraestrutura, como construção de novas moradias, ferrovias, hidrovias, rodovias e no transporte urbano de operários. O autor salienta que a estratégia do “grande impulso” necessitava, ainda, da produção em massa de bens destinados especificamente ao consumo de trabalhadores, como é o caso, por exemplo, da produção de alimentos, móveis, vestuários e outros.

A tese de Rosenstein-Rodan (1943) parte do pressuposto de que



de nada adiantaria empregar uma grande quantidade de trabalhadores em uma única indústria, se os salários desses trabalhadores fossem gastos na aquisição de produtos e serviços importados de outras regiões ou países. Mas, segundo ele, se a mesma quantidade de pessoas fosse empregada num conjunto de indústrias diferentes, estaria, assim, criando um mercado novo para cada setor industrial, que seria resultado da expansão da renda – hipótese da Lei de Say. Dessa forma, de acordo com o autor, estariam sendo construídas as bases para o desenvolvimento das regiões ou países com dificuldades econômicas, que seriam garantidas pela redução do risco de insuficiência de demanda.

A ideia era criar um mercado com mão-de-obra nova, advinda da grande massa de desempregados. Para isso, à medida que os trabalhadores fossem sendo treinados pelo Estado, tenderia a aumentar não só a produção dos setores envolvidos, em função da maior qualificação, mas também o consumo agregado da população. Assim, quanto maior o número de indústrias envolvidas nesse processo, maior seria a diversificação da produção e maior tenderia a ser o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento das economias de modo geral.

Diante deste contexto, cabe uma observação: a de que as estratégias de investimento dependem, em primeiro lugar, da expectativa de lucro dos empresários. Porém, é papel do Estado coordenar esses investimentos, sejam eles nacionais ou estrangeiros. A presença estatal nessa coordenação tenderia, segundo Rodan, a acelerar o processo de industrialização das áreas deprimidas. Isso se fazia necessário porque de acordo com o autor, se dependesse da livre iniciativa dos empresários privados, o desenvolvimento tenderia a ser mais lento nessas áreas, em decorrência de um nível de investimento menor e de uma renda nacional também menor (ROSENSTEIN-RODAN, 1943).

Mas por que isso acontece? A justificativa é simples. Acontece que a iniciativa privada, por si só, não distribui os investimentos de forma uniforme em todas as regiões, o que faz com que o resultado final dessa alocação fique abaixo do ótimo. Daí a importância da coordenação estatal.

Souza (2007) ressalta que, apesar dessa proposta ter como pano de fundo um processo de industrialização baseado na ampliação do mercado interno, uma das preocupações de Rodan era de que as novas indústrias precisavam ser voltadas também para exportação. Como grande parte dos recursos que financiariam o “grande impulso” seria proveniente do exterior, haveria a necessidade de gerar divisas para o pagamento desses empréstimos e permitir a remessa de lucros. Assim, o fluxo de exportações deveria ser estrategicamente orientado para os países de origem desses recursos.

### *Nurkse – Círculo vicioso do subdesenvolvimento*

O crescimento com base no equilíbrio entre oferta e demanda também foi proposto por Nurkse (1957). Em sua teoria denominada “círculo vicioso do subdesenvolvimento”, o autor ressalta que a insuficiência de mercado interno é o grande obstáculo para o desenvolvimento de um país. Segundo ele, os países pobres são caracterizados por uma população de baixo poder aquisitivo, que decorre do baixo nível de produtividade dos fatores. Como resultado tem-se uma produção de bens e serviços restringida em função do tamanho desse mercado e, conseqüentemente, a falta de incentivo para investimentos.

O círculo vicioso do subdesenvolvimento, segundo o qual “um país é pobre porque é pobre” pode ser identificado através da seguinte seqüência lógica: a acumulação insuficiente de capital gera lento crescimento econômico e não eleva a produtividade dos fatores. Estes por sua vez, provocam

baixos níveis de renda e poupança, reduzindo o mercado interno, altos custos médios e baixa taxa de lucro. A insignificante propensão marginal a investir resultante fecha esse círculo vicioso, gerando acumulação insuficiente de capital (NURKSE apud SOUZA, 2007).

Para Nurkse (1957), a validade da Lei de Say para regiões economicamente atrasadas é restrita, uma vez que a produção de qualquer indústria isolada, recém-criada, não cria sua própria demanda. Isso ocorre porque é bastante provável que as pessoas ocupadas na nova indústria não gastem toda a sua renda na aquisição de produtos da mesma, dadas às diversas necessidades humanas. Dessa forma, o estímulo para investir é anulado pela pobreza e o investimento em uma nova linha de produção se torna inviável.

O problema central da teoria de Nurkse visto pela ótica da demanda, é que o baixo nível de consumo das economias subdesenvolvidas faz com que a propensão a investir também seja baixa. Do ponto de vista da oferta, quando se trata da formação de capital, as relações circulares vão do baixo nível de renda até a escassa capacidade de poupança e daí para a falta de capital, seguindo para a conseqüente baixa produtividade dos fatores de produção (NURKSE, 1957).

Dessa forma, pode-se observar que a ideia de círculo vicioso do subdesenvolvimento está relacionada com a propensão marginal a poupar dos países pobres. De acordo com Nurkse (1957), a solução para a acumulação de capital desses países não pode ser alcançada sem nenhum esforço interno. A ação interna é crucial tanto no que se refere ao uso efetivo dos recursos já disponíveis, quanto para abrir novos caminhos para captar e formar novos capitais. “O círculo vicioso do subdesenvolvimento”, tratado pelo autor, está relacionado à dificuldade de um

país em formar capital. Essa dificuldade condiciona a procura de capital e o seu uso efetivo no processo produtivo. O significado desse conceito pode ser exposto da seguinte forma:

Implica ele numa constelação circular de forças, tendendo a agir e reagir uma sobre a outra de tal modo a conservar um país pobre em estado de pobreza. Não é difícil imaginar exemplos típicos destas constelações circulares: um homem pobre não tem o bastante para comer; sendo subalimentado, sua saúde é fraca; sendo fisicamente fraco, a sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que ele é pobre, o que, por sua vez, quer dizer que não tem o bastante para comer; e assim por diante. Tal situação, transporta para o plano mais largo de um país, pode ser resumida nesta proposição simplória: um país é pobre porque é pobre (NURKSE, 1957, p. 8).

O círculo vicioso do subdesenvolvimento é utilizado pelo autor para apontar que nessas relações circulares existem dificuldades para acumulação de capital em países considerados atrasados economicamente. Vale destacar que Nurkse se reporta a essas dificuldades inerentes à acumulação de capital como um conjunto de circunstâncias que podem levar as economias atrasadas ao que podemos chamar, digamos assim, de um “estado estacionário do subdesenvolvimento”.

É interessante ressaltar, que Nurkse segue claramente as ideias defendidas pelos pensadores clássicos na elaboração de sua teoria, onde a moeda é vista apenas como um instrumento de intermediação de trocas, sendo neutra nos seus efeitos sobre a economia, ou seja, não desempenha nenhum papel relevante na determinação da dinâmica econômica das nações. Em seu trabalho, assume explicitamente que a poupança precede o investimento e que a oferta de capital em um país, bem

como seu potencial para investir, são determinados pela sua propensão a poupar.

### **Teorias do desenvolvimento desequilibrado: as contribuições de Perroux, Myrdal e Hirschman**

Os defensores dessa corrente preconizam que o crescimento econômico não surge espontaneamente e ao mesmo tempo em todas as regiões. Argumentam que este se manifesta em pontos específicos ou polos de crescimento, para depois se espalhar por toda a economia (PERROUX, 1955). Essa estratégia de crescimento busca orientar os investimentos para setores-chave da economia, fazendo com que esse processo de concentração resulte na maximização dos retornos. Essa teoria parte do pressuposto de que as desigualdades regionais aumentam com a polarização em situações de crescimento econômico acelerado, atingem seu máximo em algum dado momento do tempo, para declinar em seguida, quando um processo de despolarização se inicia (WILLIAMSON apud SOUZA, 2007).

#### *Perroux – Polos de crescimento*

A teoria dos polos de crescimento (ou de desenvolvimento) foi desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial em países europeus, mais precisamente, na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale da Ruhr (SOUZA, 2007). A noção de polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, por ser produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, lideradas pelas indústrias motrizes ou indústrias-chave (SOUZA, 2007). Estas indústrias além de contribuírem para o crescimento global da produção, também

induzem no ambiente em que estão inseridas, através das relações que estabelecem com as indústrias correlatas ou secundárias, importantes efeitos de encadeamento em direção à inovação, através de um processo de imitação, causando, por conseguinte, impulsos significativos sobre o desenvolvimento local e regional (PERROUX, 1955).

Souza (2007), com base na teoria de Perroux, argumenta que a indústria motriz, líder do complexo industrial, obrigatoriamente deve apresentar as seguintes características: a) crescer a uma taxa superior à média da indústria nacional; b) possuir inúmeras ligações de insumo-produto, através da compra e venda de insumos, realizada em seu meio; c) apresentar-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e estrutura oligopolista; d) possuir grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos e a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; e) produzir para o mercado nacional e mercado externo.

Para o autor, o conceito de indústria motriz é mais abrangente do que o de indústria-chave. Argumenta que toda a indústria motriz é, por conseguinte, uma indústria-chave, mas nem sempre uma indústria-chave é uma indústria motriz. Enquanto que a primeira induz efeitos significativos sobre o crescimento local e regional, o mesmo pode não acontecer com a segunda, uma vez que esta pode não estar induzindo o crescimento no interior do complexo (SOUZA, 2007).

O agrupamento dessas indústrias constituem, de acordo com Perroux, uma combinação de forças oligopolistas “instabilizadoras e conflitivas”, porém necessárias para o crescimento da região. Para o autor:

o fato elementar mais consistente é este: o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; mani-

fecha-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (PERROUX, 1967, p. 164).

A questão fundamental da teoria dos polos de crescimento centra-se no conceito de polarização, uma vez que este determinará o grau de transformações provocado pela inserção das indústrias motrizes no sistema econômico. Entende-se por polarização o fenômeno pelo qual o crescimento de uma atividade econômica movimenta outras atividades por meio das economias externas. É importante ressaltar que este processo se realiza em espaço econômico abstrato e funcional, embora cada atividade propulsora esteja localizada no espaço geográfico (BOISIER, 1988).

A concentração industrial através da formação de polos de crescimento possibilita algumas vantagens para as unidades industriais instaladas na região. Entre estas vantagens pode-se destacar: os ganhos proporcionados pela aglomeração, no sentido de possibilitar que as unidades ali instaladas operem em escala máxima; além de outras, como aquelas relacionadas aos efeitos técnicos para frente e para trás (sendo os efeitos para trás os mais significativos), as melhorias no setor de transportes e a expansão da produção e da renda regional.

No entanto, é necessário deixar claro que o surgimento de empresas inovadoras é determinante para o aparecimento de novos ciclos de investimentos no polo industrial, os quais provocam modificações na estrutura e no funcionamento da sociedade, por desencadear efeitos desestabilizadores na economia. Uma inovação bem sucedida gera desigualdades de ganhos em favor da empresa inovadora, porém, com o tempo isto gera imitações que propagam o crescimento e melhoram o resultado da economia como um todo. De acordo com essa ideia, a constituição de polos industriais estruturados pode modificar toda a estrutura econômica existente. A proximidade entre as empresas integrantes do polo tende a diminuir os custos e aumentar a produção, em função de ganhos decorrentes das economias externas.

A presença das indústrias motrizes no polo de crescimento atrai empresas satélites, fornecedoras ou compradoras de insumos, desencadeando o crescimento local e regional. No entanto, cabe aqui uma observação importante: a de que a presença destas grandes empresas pode não promover o desenvolvimento do local e/ou regional como deveria. Isso acontece porque suas relações de insumo-produto se dão, muitas vezes, em nível de país ou, até mesmo, com o exterior, fazendo com que os efeitos de encadeamento da produção e da multiplicação da renda ocorram com outras regiões do país ou, pior ainda, com regiões de outros países (SOUZA, 2007).

Assim, as autoridades devem ficar atentas às políticas de isenção fiscal destinadas à atração de indústrias motrizes, uma vez que a renúncia fiscal, além de prejudicar as finanças públicas da região, pode estar favorecendo, através dos efeitos de encadeamento, o desenvolvimento de regiões fora de sua esfera geográfica de atuação. Daí a importância de se prestar esse tipo de auxílio àquelas empresas, cujos efeitos de encadeamentos se dão em nível local e regional.

### *Myrdal – Causação circular acumulativa*

A teoria de Myrdal foi elaborada a partir de um estudo sobre o problema dos negros nos EUA (leia-se racismo), o qual identificou que a essência do problema social envolvia um complexo de mudanças interdependentes, circulares e acumulativas. Segundo ele, esse processo acumulativo, quando não

controlado, tende a promover desigualdades crescentes que, de acordo com seu entendimento, é prejudicial para o desenvolvimento da sociedade nos diferentes países, por colocar as nações subdesenvolvidas em desvantagem, em comparação com as mais ricas.

Ao trazer essa ideia para o âmbito da economia, o autor argumenta que o processo de desenvolvimento tende a promover severas desigualdades econômicas em um país e se opõe às teorias do “desenvolvimento equilibrado”. Para ele, existem dois grupos de países: os países “desenvolvidos”, caracterizados por altos níveis de renda *per capita*, e os países “subdesenvolvidos”, caracterizados por níveis de renda *per capita* extremamente reduzidos e baixos índices de crescimento econômico. Ressalta que pode haver disparidades de crescimento econômico dentro dos próprios países, visto que nos países desenvolvidos existem regiões estagnadas, assim como nos países subdesenvolvidos existem regiões prósperas (MYRDAL, 1957).

A partir dessas constatações, o autor faz algumas considerações importantes. Primeiro, que existe um pequeno grupo de países em uma situação econômica bastante favorável e um grupo muito maior de países em situação econômica precária. Segundo, os países do primeiro grupo têm apresentado um padrão de desenvolvimento contínuo, enquanto que com o segundo grupo ocorre o oposto. Terceiro, que as disparidades econômicas entre esses dois grupos tende a aumentar cada vez mais. A ideia do autor foi de desenvolver uma teoria para explicar a dinâmica econômica regional, entre e dentro dos países, baseado num processo de causação circular acumulativa, no qual o sistema econômico é considerado como sendo algo eminentemente instável e desequilibrado.

A ideia principal da teoria é de que os países subdesenvolvidos, por

definição, têm estruturas desequilibradas e o equilíbrio destas não deve ser o fim, uma vez que o objetivo deve ser o de atingir o desenvolvimento a partir de um processo de industrialização impulsionado por desequilíbrios (MYRDAL, 1957). Para o autor, a noção de círculo vicioso explica a forma como um processo se torna circular e acumulativo, no qual um fator negativo pode ser ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos. Defende a ideia de que o processo de causalidade circular acumulativa reflete de maneira mais realista a forma como as mudanças tendem a ocorrer na sociedade, quando comparado à hipótese clássica de equilíbrio estável.

A essência dessa teoria está relacionada ao enfoque dado à dinâmica – centro *versus* periferia. Segundo essa ótica, o desenvolvimento nunca será igual entre as regiões, pois é desequilibrado e tende a favorecer as economias mais desenvolvidas, em detrimento das mais pobres. O próprio processo de desenvolvimento cria economias externas favoráveis à sua continuidade, porém, a expansão de uma determinada região tende a produzir efeitos regressivos em outras. A migração da população mais jovem em idade de trabalhar, bem como de pessoal técnico mais qualificado; o movimento de capitais em busca de taxas de retorno mais elevadas; e o comércio se deslocando para as áreas centrais são os meios pelos quais o processo de acumulação se desenvolve, para cima, nas regiões mais desenvolvidas, e para baixo, nas mais pobres (MYRDAL, 1957).

Além da evasão de capitais e de trabalhadores, as regiões menos desenvolvidas enfrentam ainda uma série de outros problemas, como é o caso, por exemplo, de deficiências na área de infraestrutura e de serviços públicos básicos, que dificultam o processo de acumulação. Ademais, os efeitos regressivos aumentam

ainda mais com as trocas desiguais, pelo fato das regiões mais ricas exportarem produtos manufaturados de maior valor agregado para as regiões mais pobres, enquanto que estas são exportadoras apenas de matérias-primas básicas e alimentos não processados, cujos preços, de acordo com Souza (2009), tendem a se deteriorar ao longo do tempo, ou pelo menos, apresentar grandes oscilações de um período para outro.

Para Myrdal, grande parte dos males dos países subdesenvolvidos reside no fato de os efeitos propulsores serem fracos. Ressalta que se as forças de mercado não forem controladas por políticas intervencionistas, a produção industrial e as demais atividades econômicas tendem a se concentrar em determinadas localidades ou regiões, deixando o resto do país relativamente estagnado. Esta é uma das relações de interdependência, por meio das quais, no processo de acumulação, a pobreza se torna sua própria causa (MYRDAL, 1957). Esta é uma conclusão que tem grande semelhança àquela apresentada por Nurkse (1957), quando o autor define o círculo vicioso do subdesenvolvimento e menciona que um “país é pobre porque é pobre”.

### *Hirschman – Crescimento sequencial*

Para Hirschman (1958), a teoria do desenvolvimento equilibrado, além de ser impraticável, é antieconômica. Para ele, a viabilidade de se empreender um grande volume de recursos nos diversos setores econômicos de um país subdesenvolvido é questionável. Além do mais, deve-se levar em consideração que esses países apresentam grande escassez de recursos.

Sua teoria gira em torno dos efeitos de encadeamento para trás e para frente, cuja essência está no pressuposto de que os investimentos devem ser efetuados em setores se-

leccionados (setores com grande probabilidade de sucesso), com ampla possibilidade de desencadear um processo propulsor do crescimento do produto e do emprego. O autor salienta que os mecanismos capazes de induzir o desenvolvimento de uma economia poderiam ser encontrados em certos investimentos específicos, os quais possibilitassem a propagação e a criação de novos investimentos produtivos, via efeitos complementares (efeitos em cadeia “para trás” e “para frente” como indutores do crescimento econômico), que pudessem consolidar as cadeias produtivas setoriais, no sentido de romper com o estágio de atraso econômico das economias subdesenvolvidas.

Assim como Myrdal, Hirschman (1958) também concorda que o crescimento não tende a ocorrer de forma simultânea em todas as regiões. Constrói sua teoria com base nos desequilíbrios de mercado que, segundo ele, são inerentes à economia e constituem, por si só, poderosas engrenagens propulsoras do crescimento. Salienta que as estratégias de desenvolvimento regional são capazes de induzir as decisões de investimentos numa sequência eficaz, que asseguram um novo padrão de crescimento regional desequilibrado. Para o autor, além do efeito multiplicador da renda e do emprego e do efeito acelerador do produto, o investimento tem o poder de induzir o surgimento de novos investimentos no sentido da complementaridade técnica, a qual se manifesta através das múltiplas relações intra e interindústrias de insumo-produto.

Chama atenção também para os efeitos de encadeamento de produção. Para Hirschman (1958), esses efeitos refletem diretamente os seus impactos econômicos sobre a cadeia produtiva como um todo. Nesse sentido, argumenta que é preciso caracterizar duas modalidades de efeitos de encadeamento: a) os efeitos



retrospectivos (para trás), que são aqueles que induzem a novos investimentos produtivos nos setores fornecedores de insumos; e b) os efeitos de cadeia prospectivos (ou para frente), que são aqueles gerados por qualquer atividade produtiva (que não abastece exclusivamente as demandas finais) capaz de direcionar sua produção como insumo em alguma atividade nova.

No primeiro caso, os efeitos de encadeamento para trás manifestam-se porque há estímulo a investir na produção doméstica de insumos, inclusive na produção de bens de capital para atender setores exportadores em expansão. No segundo, os efeitos de encadeamento para frente induzem a novos investimentos em setores correlatos ao da produção, como é o caso do setor de embalagens, por exemplo. A ideia de encadeamento para frente reflete a indução de se investir devido à estrutura industrial inter-relacionada das atividades econômicas, o que significa dizer, em outros termos, que um passo numa dada direção tende a exercer fortes estímulos para decisões de investimentos direcionados à etapa seguinte.

A vantagem da abordagem de Hirschman é que ela abre espaço para a ação do investimento induzido, o que facilita a administração dos recursos escassos, bem como a maximização da capacidade de intervenção do Estado. A teoria pressupõe que o desequilíbrio é o elemento que move a economia. Assim, a necessidade de superação dos gargalos gerados pelo avanço desigual de um setor, em relação aos demais, dá maior dinâmica ao processo de desenvolvimento. O que significa, em outros termos, que a criação permanente de gargalos no sistema produtivo conduz ao investimento induzido em determinados setores, fazendo com que estes investimentos passem a ser fundamentais para

alavancar a industrialização dos países subdesenvolvidos.

Todavia, é necessário ressaltar que esta teoria não desconsidera as forças externas ao mercado. Hirschman pressupõe que o setor público deve intervir em situações de problemas de oferta no curso desigual do progresso dos setores, principalmente naquelas áreas onde o capital privado não atua (como infraestrutura, por exemplo). Nesse caso, o Estado deve assumir o planejamento e a coordenação de todo o processo, incentivando o desenvolvimento de setores-chave da economia, com prioridade para aqueles cujos efeitos de encadeamento são maiores.

## Novas abordagens

No contexto das novas teorias do desenvolvimento regional é possível identificar uma grande variedade de visões. Neste sentido, procurando sistematizar essas visões, Bekele e Jackson (2006) propõem a seguinte classificação de abordagens: a Nova Geografia Econômica (NGE); a Escola da Especialização Flexível; os Sistemas de Inovação Regional; a Teoria da Competitividade de Porter; e as Teorias do Crescimento Endógeno. Como não é o objetivo deste trabalho fazer uma revisão profunda dessas abordagens, optou-se apenas por fazer um esboço bastante resumido da essência dessas teorias, explicitando suas origens e contribuições.

A proposta da Nova Geografia Econômica é baseada nos trabalhos de Krugman (1991; 1991a) e tem como principais contribuições à teoria das aglomerações produtivas, a introdução dos modelos que envolvem retornos crescentes e competição imperfeita. Sua origem está relacionada às teorias de aglomeração e localização espacial, procurando explicar a distribuição das atividades no espaço geográfico. De acordo com essa proposta, a configuração das atividades econômicas é resultado das forças de aglomeração e de

dispersão. A primeira tem origem nas economias externas marshallianas, enquanto que as forças de dispersão incluem a imobilidade da mão-de-obra, os custos de transporte e os efeitos externos do meio ambiente (KRUGMAN; VENABLES, 1996).

A Escola da Especialização Flexível procura explicar as transformações ocorridas na esfera produtiva com o surgimento de um novo paradigma tecnológico a partir de 1980. Essa corrente tenta identificar os impactos dessas transformações sobre as economias regionais e como essas regiões podem tirar proveito delas para se desenvolver. A proposição de formação de distritos industriais nasceu com essa corrente, cuja característica mais marcante do sistema é a presença de um grande número de pequenas e médias empresas envolvidas em vários estágios de produção, que usufruem de economias externas positivas e retornos crescentes, devido à facilidade de circulação de informações, novos conhecimentos, troca de experiências e outros. Sendo assim, um aglomerado de empresas com essas características tende a se beneficiar das economias externas, sejam elas formais ou informais, sejam elas econômicas ou sociais. Marshall (1919) tinha isso em mente quando definiu a “atmosfera favorável” para os negócios.

Quanto ao Sistema de Inovação Regional, este enfatiza a importância da inovação e da tecnologia como forma mais adequada de promover o desenvolvimento regional. A ideia central dessa ênfase tecnológica é tornar as regiões mais competitivas e menos vulneráveis a problemas de ordem conjuntural. A criação de ambientes inovadores pode ser um diferencial importante para uma dada região, em relação aos demais, em caso de situações econômicas adversas. A consciência inovadora possibilita o enraizamento e a atualização constante das atividades econômicas

da região. Uma questão importante a ser observada em relação a essa corrente é que a mesma defende a constituição de redes de cooperação, com o estabelecimento de parcerias entre os setores produtivos, as instituições de pesquisas e as universidades.

No que se refere à Teoria da Competitividade de Porter, esta tem como principal contribuição entender e expor a relação entre aglomeração industrial e seu impacto sobre desenvolvimento regional, através da noção da competitividade dos *clusters* industriais. *Cluster*, aqui segundo Porter, citado por Casarotto Filho e Pires (2001), pode ser entendido como sendo “um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”. Dessa forma, percebe-se que a noção de prosperidade econômica está vinculada à competitividade das firmas que formam o *cluster* industrial que, por sua vez, pode ser considerado como sendo a fonte de emprego, renda e inovação de uma região. É importante deixar claro que boa parte dos benefícios produzidos no *cluster*, decorrentes de aumento da produtividade e da inovação tecnológica, estão diretamente relacionados ao desenvolvimento de pesquisas realizadas por universidades e outras instituições públicas e privadas.

Em relação à Teoria do Crescimento Endógeno, esta tem origem nas novas teorias do crescimento econômico, principalmente a partir dos trabalhos realizados por Romer (1986) e Lucas (1988), as quais tentam endogenizar o processo tecnológico. A ideia básica dessa teoria é de que a aglomeração tem significativo impacto sobre a inovação e a transferência desse conhecimento, criando, dessa forma, um mecanismo de autorreforço. Nesse sentido, Boisier (1988) argumenta que o crescimento de uma região possui um caráter

essencialmente endógeno, que é decorrente de um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais existentes na região. O autor salienta que o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho mostrou que a estratégia de crescimento equilibrado presuppõe que os empreendimentos não viáveis do ponto de vista individual podem se transformar em investimentos viáveis quando considerados em conjunto com outros empreendimentos. Por outro lado, os defensores do crescimento desequilibrado preconizam que o crescimento econômico não surge espontaneamente ao mesmo tempo e em todas as regiões, argumentando que este se manifesta em pontos específicos ou polos de crescimento, para depois se espalhar por toda a economia. Estes últimos se opõem à tese do desenvolvimento equilibrado, por entender que se trata de uma abordagem que não se enquadra na realidade dos países subdesenvolvidos.

A primeira corrente é baseada nos fundamentos clássicos de equilíbrio entre oferta e demanda, ressaltando a importância de se implantar diversos projetos ao mesmo tempo como forma de expandir o emprego e a renda e gerar o mercado necessário para toda a produção - Lei de Say. Já a segunda defende a orientação de investimentos para setores-chave da economia, levando a concentração e maximização dos retornos. Essa abordagem parte do pressuposto de que o processo de polarização tende a aumentar as desigualdades regionais em situações de crescimento econômico acelerado, mas que após atingir seu máximo em algum dado momento do tempo, começam a ser reduzidas, quando se inicia um processo de despolarização.

Como se percebe, as teorias do desenvolvimento equilibrado e desequilibrado levam a diferentes conclusões acerca dos caminhos que um país ou região deve seguir a fim de alcançar um estágio mais avançado de desenvolvimento econômico. No entanto, é importante ressaltar que os novos ciclos de expansão não dependem apenas dos fatores clássicos que movimentam o desenvolvimento regional, como o aumento dos gastos públicos, dos investimentos privados, das exportações e da qualificação técnica da mão-de-obra, mas, também, do papel que as lideranças locais e regionais assumem na criação de um ambiente institucional que viabilize a modernização das atividades tradicionais, bem como a realização de novos investimentos.

De qualquer forma, o trabalho deixou claro que explicar os diferentes desempenhos entre países ou entre regiões tem se constituído num grande desafio para os teóricos do desenvolvimento econômico. Todavia, seja pela estratégia de desenvolvimento equilibrado e/ou desequilibrado, ou pela ótica das novas abordagens, deve-se levar em consideração que o desenvolvimento das regiões mais pobres de um país cria condições para a redução dos índices de pobreza e de desigualdades de renda. Além disso, estratégias dessa natureza têm efeitos positivos sobre as regiões ou centros mais desenvolvidos, uma vez que tende a reduzir o fluxo migratório de pessoas em sua direção, diminuindo, assim, as demandas por gastos sociais.

## REFERÊNCIAS

AZZONI, C. R. **Equilíbrio, progresso técnico e desigualdades regionais no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Análise Econômica, p. 5-28, 1993.

- BEKELE, G. W.; JACKSON, R. **W. Theoretical perspectives on industry clusters.** Virginia: Morgantown: Regional Research Institute; 2006. Disponível em: <<http://www.rri.wvu.edu/pdffiles/bekelewp2006-5.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. et al. **Economia regional: teorias e métodos de análise.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil.** Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998.
- CÁRDENAS, J. R. G. **Teoria do desenvolvimento.** Disponível em <[www.adequa.com](http://www.adequa.com)>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** São Paulo: Atlas, 2001.
- CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany.** Prentice-Hall, new Jersey, 1966.
- DOMAR, E. D. Expansão e emprego. In: SHAPIRO, E. **Análise macroeconômica: leituras selecionadas.** São Paulo: Atlas, 1985.
- FEIJÓ, R. **Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro.** São Paulo: Atlas, 2007.
- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1967.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.
- GREEN, E. CRUZ, M. Construindo um novo modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Disponível em <[www.scp.rs.gov.br](http://www.scp.rs.gov.br)>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- HARROD, R. F. Domar y la dimámica econômica. In: HANSEN, A.; CLEMENCE, R. V. **Lecciones sobre ciclos económicos y renta nacional.** Rosario: Instituto Interamericano de Estadística, 1956.
- HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development.** New Haven: Yale University Press, 1958.
- ISARD, W. **Location and space economy: a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure.** Cambridge: MIT, 1956.
- KALDOR, N. Economic growth and the Verdoorn law. A comment on Mr. Rowthor's article. **The Economic Journal**, v. 85, Dec. 1975.
- KRUGMAN, P. **Geography and trade.** Cambridge: MIT, 1991a.
- KRUGMAN, P. History versus expectations. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 56, n. 2, p. 651-667, 1991b.
- KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. Integration, specialization, and adjustment. **European Economic Review**, v. 40, p. 959-967, 1996.
- LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- LOSCH, A. **The Economics of Location.** Yale University Press, New Haven, 1954.
- LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, p. 3-42, jul. 1988.
- MARSHALL, A. **Industry and trade.** Londres: Macmillan, 1919.
- MEADE, J. E. A simplified model of Mr. Keynes' system. **Review of Economic Studies**, v. 4, fevereiro, p. 98-107, 1937.
- MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, A. F. et al. **Manual de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.
- MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions.** London: Duckworth, 1957.
- NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- PERROUX, F. **A economia do século XX.** Lisboa: Herder, 1967.
- PERROUX, F. Note sur la notion de Pôle de Croissance. **Économie Appliquée**, v. 7, p. 307-320, 1955.
- PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide:**

possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

ROMER, P. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.

ROSENSTEIN-RODAN, P. Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. **Economic Journal**, v. 53, n. 210/211, p. 202-211, jan./set. 1943.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCOTT, A. J.; STORPER, M. **Production, work, territory** (the geographical of industrial capitalism). Boston: Allen & Unwin, 1986.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, feb. 1956

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

STÖHR, W.; TAYLOR, D. R. F. **Development from above or below? the dialectics of regional planning in development countries**. Londres: Wiley and Sons, 1981.

VON THÜNEN, J. H. **The isolated state**. Oxford: Pergamon Press, 1966.

WEBER, M. **Theory of the Location of Industries**. Chicago: University of Chicago, 1929.